

projecto da 2^a declaração da U.E.C.

**(A aprovar no I Encontro Nacional da UEC
a realizar em 26/1/75)**

A União dos Estudantes Comunistas (U.E.C.) realizou o seu I Encontro Nacional.

A U.E.C. é uma organização revolucionário pelos seus objectivos e pela sua actividade. Guia-se pelo marxismo-leninismo. Reconhece o papel dirigente do proletariado na revolução socialista e o Partido Comunista Português como vanguarda revolucionário do proletariado e força política no movimento popular.

A U.E.C. é uma organização autónoma, dotada da mais ampla iniciativa que se propõe desenvolver o movimento dos estudantes pelos seus objectivos específicos, unir, organizar e mobilizar os estudantes em torno dos grandes objectivos políticos do povo português, estreitar a ligação da luta estudantil com a luta da classe operária e a das massas populares e dar-lhe uma perspectiva revolucionária.

A U.E.C., criada em Janeiro de 1972, afirmou-se na dureza da luta clandestina como a vanguarda revolucionária dos estudantes portugueses. O fascismo foi incapaz de impedir a sua criação e o prosseguimento e reforço do seu trabalho revolucionário. A U.E.C. fortaleceu-se, alargou a sua acção, transformou-se numa organização nacional. Teve um papel determinante em todas as grandes lutas travadas pelos estudantes portugueses contra o fascismo.

A I Declaração da U.E.C. foi um guia para a acção não só dos estudantes comunistas mas do próprio movimento estudantil.

A U.E.C. é actualmente uma organização que desenvolve livremente a sua actividade nas escolas. Apresenta-se à juventude estudantil através da 2ª Declaração que constitui a reafirmação dos seus princípios orgânicos e políticos e o traçar de grandes linhas de actuação no actual processo revolucionário. É, ao mesmo tempo, uma base de discussão aberta a todos os estudantes dispostos a lutar pelos objectivos essenciais nela definidos.

A contribuição do movimento estudantil na luta pela democracia e no abrir do caminho para o socialismo, dizem respeito não só aos estudantes comunistas, mas a todos os estudantes progressistas.

OBJECTIVOS POLÍTICOS

Dois grandes objectivos políticos apontados pela U. U.E.C. na sua I Declaração, tornaram-se realidade: o povo português conquistou a liberdade, a guerra colonial acabou.

Os estudantes estiveram com o Movimento das Forças Armadas e com o movimento popular na sua concretização. Contribuíram com as suas lutas para criar as condições que permitiram o derrubamento da ditadura fascista. Travaram poderosas batalhas contra a guerra colonial.

O Movimento Associativo passou a ter uma actividade livre. Recobriram-se as AAEE e formaram-se outras. Iniciou-se a democratização do ensino. As escolas passaram a ser geridas democraticamente. As forças repressivas de que o fascismo se serviu para reprimir a luta estudantil foram desmanteladas. As autoridades académicas comprometidas com a repressão foram em grande medida saneadas. Organizações políticas de estudantes passaram a actuar livremente.

Os estudantes acompanharam as vitórias históricas do nosso povo no caminho da democracia, do progresso e da independência nacional.

Ao longo destes meses de liberdade a reacção tentou pôr em causa a nova situação democrática. Muitos estudantes souberam estar ao lado das massas populares e do Movimento das Forças Armadas. Muitos estiveram nas grandes jornadas populares que impediram o golpe reaccionário de 28 de Setembro. Números estudantes se incorporaram na grandiosa ma-

nifestação popular de 14 de Janeiro, em Lisboa, ao lado dos trabalhadores, em defesa da unicidade sindical.

Nas escolas actuam, no entanto, os mais variados grupos e forças políticas que tentam afastar os estudantes do processo revolucionário em curso, que tentam separá-los do movimento popular e do MFA. Uns especulam com as reais dificuldades encontradas na democratização do ensino, no seu simples funcionamento, para servirem os interesses oportunistas do seu grupo. Outros, a coberto de uma fraseologia "esquerdista", tentam fazer da Universidade um antro da contra-revolução, tentam paralizá-la e lutam, declarada, aberta e exclusivamente contra as forças democráticas, o Governo Provisório e o MFA.

A U.E.C. propõe-se ganhar os estudantes para o processo revolucionário em curso e para a inserção do movimento estudantil no movimento popular de massas. Realiza-o, antes do mais, defendendo intransigentemente as reivindicações das massas estudantis e interpretando as suas aspirações mas não poupará esforços para unir, organizar, e mobilizar os estudantes em torno das grandes tarefas da presente situação política e para que o movimento estudantil seja um dos elos da aliança Povo-MFA.

A U.E.C. sublinha, tal como o fez na sua I Declaração, que "não é nem pretende ser um partido político. Não lhe cabe, como não cabe a nenhuma organização estudantil, dirigir a luta popular. Como organização revolucionária dos estudantes, é sobretudo aos estudantes que se dirige, ao indicar os objectivos políticos da sua actividade."

A U.E.C. LUTARÁ POR
QUATRO GRANDES OBJECTIVOS POLÍTICOS

1º - PELA LIBERDADE, PELO TRIUNFO DA DEMOCRACIA

Os estudantes foram um dos aguerridos destacamentos da luta popular contra a ditadura fascista. Enfrentaram corajosa e massivamente a violência terrorista do seu aparelho repressivo. Conhecem bem o preço da liberdade e estão dispostos a defendê-la.

A U.E.C. considera que é a aliança entre as duas componentes da revolução democrática portuguesa - Movimento das Forças Armadas, movimento popular de massas - que garante o avanço do processo revolucionário em curso. É esta aliança que assegura a defesa da liberdade e o prosseguimento da democratização do país. É a dinâmica desta aliança que levará à realização de profundas transformações democráticas.

A U.E.C. denuncia como contra-revolucionários aqueles grupos de estudantes que caluniam e tentam denegrir o MFA, garantia da liberdade e força da democracia.

A U.E.C. proclama que o movimento estudantil tem de se inserir no movimento popular de massas, para que possa desempenhar um papel positivo e dinâmico no processo de democratização do país.

Democratizando o ensino os estudantes estão não só a lutar pelos seus interesses específicos, mas a contribuir para a concretização de um dos objectivos gerais do nosso povo na revolução democrática e nacional. A inserção do movimento estudantil no movimento popular tem, no entanto, de ultrapassar o âmbito das escolas. Os estudantes têm que

estar ao lado dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, dos intelectuais na acção das massas e em todas as formas de organização popular, na defesa da liberdade, na vigilância revolucionária e no combate à reacção por profundas transformações democráticas da sociedade, pelo triunfo da democracia.

A U.E.C. declara que os grupos de radicais pequeno-burgueses que continuam a actuar como se a ditadura fascista não tivesse sido derrubada e apontam hoje os mesmos objectivos de lutas e as mesmas palavras de ordem de antes do 25 de Abril, se marginalizam do processo revolucionário e servem objectivamente (quando não subjectivamente) a contra-revolução.

A U.E.C. dá o seu apoio à realização de uma fime política de saneamento em todos os ramos do aparelho de Estado e considera que a democratização das escolas só será realidade quando forem eficazmente sanadas todas as estruturas que com o ensino se relacionam.

A U.E.C. proclama como grande vitória da juventude o reconhecimento do direito de voto aos dezoito anos, mas sublinha a necessidade dos estudantes se mobilizarem em apoio das providências que há que tomar para garantir a genuidade das eleições para a Assembleia Constituinte.

2º - POR UMA POLÍTICA ANTI-MONOPOLISTA E ANTI-LATIFUNDIÁRIA.

Os estudantes lutaram contra o ensino ao serviço dos monopólios e da sua ideologia reacçãoária. Hoje estão com a classe operária, os camponeses, os restantes trabalhadores, todo o povo português, na luta por uma política antimonopolista e antilatifundista que limite e, finalmente liquide, o poder dos monopólios e dos latifundiários.

Os monopólios, pondo em causa a liberdade e a democracia alcançadas e, sendo o seu principal inimigo, põem também em causa a liberdade e a prática democrática do movimento estudantil, ameaçam as transformações democráticas nas escolas.

A melhoria radical das condições de ensino, uma verdadeira assistência social (bolsas, transportes, alimentação, habitação), o incentivo de um desporto e de uma cultura de massas, a concretização do programa de acção do movimento estudantil - A Reforma Geral e Democrática do Ensino - só serão possíveis no quadro de uma política de liquidação dos monopólios.

O próprio sentido do estudo difere perante a perspectiva de uma profissão ao serviço do povo e do progresso nacional, ou, dos sórdidos interesses dos monopólios. O mesmo se poderá dizer da iniciativa criadora para o desenvolvimento da investigação científica e técnica.

A U.E.C. alerta os estudantes contra aqueles que pretendem esconder o verdadeiro culpado das precárias condições de ensino existentes. - o capital monopolista. Denuncia os grupos que pretendem escondê-lo como o principal inimigo da democratização do país, inventando manobras e objectivos de diversão.

A U.E.C. apoia uma firme política de combate à sabotagem económica e chama os estudantes a mobilizarem-se na vigilância revolucionária aos sabotadores e especuladores.

A U.E.C. trabalhará para que os estudantes, nas escolas e nas iniciativas das massas populares, estejam ao lado da classe operária, dos trabalhadores, de todas as classes e camadas antimonopolistas, no combate pela limitação e firme liquidação do poder dos monopólios e latifundiários,

parte integrante da luta pelo triunfo final da democracia no país.

3º PELA TOTAL DESCOLONIZAÇÃO

As guerras coloniais acabaram.

A República da Guiné-Bissau é hoje, sob a direcção do PAIGC, um estado livre, independente e progressista

Mozambique tem um governo de transição, que prepara as condições para a completa independência do povo moçambicano, do qual faz parte a FRELIMO.

Em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, Governos de transição procedem à descolonização total.

Angola passa por um complexo processo de descolonização em que o MPLA desempenha um papel de grande importância. O apoio do MFA e das forças políticas progressistas portuguesas ao autentico movimento nacional libertador do povo angolano, bem como a solidariedade dos países socialistas e da opinião democrática do mundo ajuda-lo-ão a fazer frente à conspiração combinada do imperialismo, da China de Mao-Tsé-Tung, dos países vizinhos reaccionários e dos colonos brancos e a abrir caminho para a independência.

Estas são vitórias históricas das lutas comuns do povo português e dos povos coloniais irmãos.

A descolonização, pela forma única, original e firme é, uma das grandes realizações do processo revolucionário que vivemos.

No seguimento das vigorosas lutas estudantis contra as guerras coloniais e pela independencia das colónias, a U. E.C. procurará consolidar e alargar os laços de amizade e cooperação já existentes entre os estudantes portugueses e a juventude dos novos estados independentes.

A U.E.C. tudo fará para reforçar a solidariedade multiforme dos estudantes portugueses para com o povo de Angola e todos os que lutam nas mais difíceis condições.

Este complexo processo de descolonização obriga ainda a juventude e alguns estudantes a sacrifícios. Muitos ainda não regressaram e outros partiram mesmo para os novos países africanos. Não estão a oprimir ou a explorar; não estão a bater-se por causas injustas. Estão a ajudar a defender a liberdade e a independência desses países, estão a ajudar a construir novas nações. Estão a cumprir um dever internacionalista.

A U.E.C. procurará desenvolver nos estudantes o espírito do mais vivo apoio à luta dos povos dos novos países africanos, pela construção das suas pátrias livres, independentes e prósperas.

4º CONTRA O IMPERIALISMO, PELA SOLIDARIEDADE E AMIZADE COM A JUVENTUDE DO MUNDO

Desenvolver os sentimentos internacionalistas dos estudantes portugueses quebrando a barreira que o fascismo sempre tentou criar entre a juventude portuguesa e a juventude do mundo é um dos objectivos da U.E.C.

Os estudantes conhecem o valor da solidariedade para com a sua luta. Hoje, no Portugal libertado, saberão contribuir para a força e unidade da juventude estudantil do mundo na luta pela paz, independência nacional, na defesa da democracia e do progresso e contra o imperialismo, o colonialismo e o fascismo.

A U.E.C. sublinha que a luta dos estudantes contra a penetração imperialista em Portugal se insere na luta mundial contra o imperialismo.

A U.E.C. denuncia o imperialismo como tendo sido uma das bases de sustentação da ditadura fascista, um dos responsáveis pelas guerras coloniais e pelas precárias condições de vida do povo português.

A U.E.C. propõe-se lançar os fundamentos de um movimento patriótico anti-imperialista da juventude estudantil contra a chantagem política e sabotagem económica do imperialismo e contra a existência de bases militares estrangeiras em território português.

A U.E.C. apóia decididamente a luta em defesa da paz mundial, parte integrante da luta anti-imperialista, e propõe-se contribuir activamente para o movimento pela segurança e cooperação europeias que conduza ao desaparecimento das bases militares e à liquidação da OTAN.

A U.E.C. proclama a sua activa solidariedade para com os povos vítimas da dominação e da agressão imperialistas e, sujeitos, a ditaduras fascistas e reaccionárias. Tudo fará para mobilizar os estudantes portugueses em acções concretas de apoio ao povo do Chile, do Vietnam, da Palestina, da Espanha, do Brasil, e de todos os povos em luta pela independência nacional, pela liberdade e pelo socialismo.

A U.E.C. contribuirá para estreitar os laços de amizade dos estudantes portugueses com a juventude estudantil dos países socialistas, em particular com a URSS, que desempenha importante papel na construção do socialismo e do comunismo nas suas pátrias

A U.E.C. estreitará os laços de amizade dos estudantes portugueses com a juventude progressista dos outros países, directamente através da sua organização representativa, a Federação Mundial da Juventude Democrática (F.M.J.D.), de que a U.E.C. é membro efectivo. Procurará divulgar as grandes iniciativas, campanhas e lutas da juventude do mundo e ganhar para elas os estudantes portugueses. Tudo fará também para desenvolver acções em defesa da paz mundial, parte integrante da luta anti-imperialista.

Concentrando esforços e energias na luta por esses quatro objectivos políticos imediatos é a perspectiva exaltante do socialismo e do comunismo que anima toda a actividade da U.E.C.

PELO SOCIALISMO E COMUNISMO GRANDES IDEAIS DA JUVENTUDE

A juventude estudantil portuguesa está ganha para o socialismo. As suas lutas, os seus objectivos, as suas aspirações, não cabem, nem caberão no quadro de uma democracia burguesa. No movimento estudantil existem os mais variados grupos, grupinhos e organizações, chocam-se numerosas correntes ideológicas, mas um traço lhes é comum - a palavra socialismo.

Mesmo a burguesia reaccionária tem de se mascarar de marxista, servindo-se dos meios mais vis para tentar afastar a juventude dos ideais do socialismo e do comunismo. A U.E.C. desmascara os falsificadores do marxismo-leninismo, que contrapõem miragens idealizadoras dum pseudo-socialismo às experiências históricas do socialismo efectivamente adquiridas, assim como outros que se servem dum verbalismo pseudo-revolucionário para justificarem um anti-sovietismo e um anti-comunismo, que só aproveitam à reacção e à burguesia.

Nem uns nem outros conseguiram porém impedir que uma parte considerável da juventude estudantil tenha sido ganha pelo marxismo-leninismo e veja nos países socialistas o exemplo do nosso próprio futuro.

A U.E.C. afirma a influência determinante da revolução de Outubro, das realizações e vitórias históricas da União Soviética e das outras revoluções socialistas vitoriosas em todo o processo revolucionário mundial.

Propõe-se contribuir para a divulgação entre os estudantes do marxismo-leninismo, das realizações e experiências das revoluções socialistas e da construção do socialismo e comunismo, e, nesse sentido estreitará os laços de amizade entre os estudantes portugueses e a juventude da URSS e outros países socialistas.

A U.E.C. considera que a revolução democrática em curso, que define como Revolução Democrática Nacional, é parte integrante e constitutiva da luta pelo socialismo e comunismo.

A U.E.C. salienta que o desenvolvimento do processo revolucionário em curso coloca a necessidade de transformações democráticas profundas que conduzirão à liquidação dos monopólios e dos latifúndios, à nacionalização dos ramos básicos da actividade económica e financeira. As energias revolucionárias libertadas neste processo aproximarão as condições que tornarão possíveis a colectivização dos meios de produção e a supressão da exploração do homem pelo homem.

Lutando hoje para desenvolver a luta dos estudantes pela liberdade e pelo triunfo da democracia, por uma política anti-monopolista e anti-latifundista, pela total descolonização, contra o imperialismo e pela solidariedade e amizade da juventude do mundo, a U.E.C. não poupará esforços para que amplas massas de estudantes sejam ganhas para a causa da classe operária e dos trabalhadores, para o socialismo e comunismo, grandes ideais da juventude

REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO

Sob o fascismo o ensino em geral e a Universidade em particular serviam os interesses dos monopólios dominantes e do imperialismo. A finalidade deste ensino era a formação de uma elite intelectual e de quadros técnicos destinados a assegurar o desenvolvimento do capitalismo monopolista de estado, a exploração desenfreada do povo trabalhador, bem como a veiculação da ideologia fascista.

Hoje, apesar da grande burguesia monopolista e latifundista deter ainda grande parte do poder económico, o poder político assenta numa larga coligação de forças sociais e políticas muito diversas, entre as quais se encontra o proletariado, através do seu partido, o P.C.P.

Na orientação dos destinos do ensino e da cultura em Portugal é assim possível tomar medidas que iniciem a criação de uma educação nova.

A U.E.C. considera que a completa democratização do ensino, uma verdadeira revolução cultural, só serão totalmente concretizadas com a extinção das classes sociais antagónicas e a construção do socialismo. Entretanto, na presente situação política, existem condições para que se dêem passos decisivos e irreversíveis nesse sentido.

A U.E.C. salienta que a Reforma Geral e Democrática do Ensino (RGDE) corresponde no campo do ensino à etape actual da luta de classes em Portugal, é parte integrante da Revolução Democrática e Nacional. Sendo um grande objectivo democrático da revolução portuguesa, é concretizável no imediato e a sua realização depende da mobilização criadora das massas populares e do contributo decisivo que lhe for prestado pelos estudantes, bem como do avanço do actual processo revolucionário. Só uma RGDE contribuirá para pôr fim à ignorância secular das massas populares, elevando o seu nível cultural, possibilitando a formação de milhares de quadros intelectuais e técnicos oriundos das classes trabalhadoras, permitindo assim a sua intervenção directiva em todos os sectores da vida nacional, abrindo caminho para a realização de etapas ulteriores da revolução. Simultaneamente responde às aspirações mais profundas dos estudantes, criando melhores condições escolares e dando um novo sentido ma-

terial e espiritual ao seu trabalho.

A U.E.C. salienta como característica essencial da Reforma Geral e Democrática do Ensino a sua subordinação aos interesses gerais do povo português na construção da democracia, ligando o ensino à vida e ao trabalho, os estudantes e professores ao processo revolucionário democrático. Defende, assim, a participação dos estudantes, professores, pais, sindicatos, autarquias locais, e de todas as novas formas de organização popular na definição da política de ensino no nosso país.

Tendo presente as condições concretas da construção da democracia em Portugal, a U.E.C. defende, como alternativa a pseudo-reformas inconsequentes e à paralização das escolas, uma Reforma Geral e Democrática do Ensino, tendo como princípios gerais fundamentais:

1 - Abolição progressiva de todos os processos de selecção que façam depender o acesso e a frequência escolar a qualquer grau do ensino, das condições económicas do estudante; legitimação da frequência no ensino pós-básico pelo justo critério do estudo e do trabalho.

2 - Via única de ensino, em todos os graus, com a generalização da coeducação e da educação igual para todos independentemente da sua classe social de origem; combinação da educação pelo trabalho intelectual com a educação pelo trabalho manual.

3 - Orientação do ensino para responder às necessidades do nosso povo e à realidade concreta do país. Desenvolvimento da investigação científica e técnica ao serviço de uma política virada para o futuro, de progresso social e independência nacional.

4 - Introdução de conteúdo e métodos democráticos no ensino, combatendo as ideologias reaccionárias e conservadoras, fomentando nos estudantes o espírito de trabalho colectivo e preparando-os para as grandes tarefas da reconstrução nacional.

Democratização completa das estruturas escolares com a consolidação da gestão democrática, em que participem estudantes, professores, e trabalhadores.

5 - Resolução dos problemas sociais próprios dos estudantes, em particular dos estudantes trabalhadores, nomeadamente através de organismos do Estado e geridos com a participação das AAEE.

6 - Abolição de uma situação de isolamento da escola em relação aos grandes problemas nacionais e sua transformação em centros de investigação e irradiação da cultura popular.

Após o 25 de Abril, a Reforma Geral e Democrática do Ensino tem sido um guia para a acção das massas estudantes na sua luta pela democratização do ensino. Algumas conquistas importantes foram alcançadas, nomeadamente a gestão democrática das escolas; avança-se no saneamento e na reestruturação de alguns cursos no ensino superior; lançou-se uma primeira experiência de campanhas de alfabetização e educação sanitária.

Para consolidar e alargar estas conquistas, para prosseguir na concretização da Reforma Geral e Democrática do Ensino, a U.E.C. propõe a aplicação das seguintes medidas imediatas:

- Nova política de prioridades orçamentais, visando a abolição do analfabetismo, a institucionalização do ensino pré-primário e o cumprimento no imediato da escolaridade obrigatória e gratuita de seis anos.

- Fusão do ensino liceal e técnico numa escola oficial única que prepare simultaneamente para o exercício de uma profissão e para o acesso ao ensino superior.

- Reformulação do ensino médio e instituição de cursos de curta duração ligados às necessidades concretas mais prementes do desenvolvimento económico e social.

- Cursos para a formação e reciclagem de adultos e estabelecimento de condições especiais de acesso da juventude trabalhadora ao ensino, com cursos nocturnos e por correspondência e eliminação de duas horas diárias do horário de trabalho, sem redução de salário.

- Reestruturação das escolas dependentes do Ministério do Trabalho, de modo a facultar gratuitamente o ensino industrial, comercial e agrícola aos jovens que terminam a escolaridade obrigatória e não prosseguem outros estudos.

- Regionalização e alargamento da rede de escolas, adequação das instalações ao novo ensino, e criação de laboratórios e departamentos de investigação, reequipamento dos já existentes.

- Abolição da separação por sexos, completa laicização do ensino oficial em todos os graus de ensino e controle estatal do ensino privado, que deve submeter-se à orientação geral da política educativa.

- Melhoria das condições pedagógicas, generalização dos estudos interdisciplinares, para conjugação da preparação especializada - científica, técnica e literária - com uma educação geral nos ramos mais importantes do conhecimento e institucionalização dos cursos pós-graduados nomeadamente para formação de investigadores.

- Saneamento dos professores fascistas e reacionários; selecção na base da competência pedagógica, científica e de devoção à nova situação política; formação de novos docentes e reciclagem permanente em escolas próprias.

- Assistência social em todos os graus do ensino com participação das AAEE na gestão dos serviços para melhoria de cantinas, transportes, alojamento e serviço médico-farmacêutico, assim como uma mais larga concessão da isenção de propinas, de bolsas de estudo e de apoio à aquisição de livros e material escolar, de forma a beneficiarem em particular os estudantes vindos das classes trabalhadoras.

- Participação dos estudantes de todos os graus de ensino na realização de tarefas importantes para o desenvolvimento das condições de vida do povo português e ligação da escola ao Serviço Cívico Estudantil com vista a uma educação completa e a uma noção nova da vida.

Expondo aquilo que entende ser a melhor linha para a democratização do ensino, a U.E.C. submete as suas proposições à mais ampla discussão das massas estudantis, às quais cabe uma participação decisiva nessa modificação.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

A U.E.C. considera o movimento associativo a principal base e a direcção imediata fundamental da luta dos estudantes portugueses.

Na sua acção a U.E.C. terá em conta as formas específicas do desenvolvimento do movimento estudantil, as suas tradições, originalidades nacionais.

A conquista da liberdade veio obrigar o Movimento Associativo a operar profundas modificações quanto ao conteúdo, às formas de luta e de actuação. Isso significa que é necessário encontrar a cada momento a melhor forma de ligar a luta estudantil à luta do nosso povo, tendo em conta a alteração da situação política.

O estado grave do ensino herdado do fascismo, a necessidade de tomar medidas radicais nesse campo, mas sobretudo a acção liquidacionista dos grupos de radicais pequeno-burgueses, são os principais factores que têm dificultado a adequação do Movimento Associativo à nova realidade política do nosso país.

O M.A. atravessa uma profunda crise. Chega a generalizar-se um clima de provocação e de intimidação. O funcionamento democrático é frequentemente posto em causa. As estruturas do M.A. estão a perder estabilidade, a sua capacidade de decisão e de acção diminui, pois é constantemente desviada para o campo da discussão estéril, sem princípios e sem finalidades.

Corre-se o risco de os estudantes deixarem de sentir o M.A. como a sua organização de massas, necessária e insubstituível, e a esse respeito podem generalizar-se perigosos sentimentos de descrença e de alheamento.

Desagregar o M.A. ou encontrar a forma de o reforçar e de aumentar a sua importância, tal é a grave alternativa que se coloca ao movimento estudantil.

A primeira solução, liquidar o M.A., serve as forças reaccionárias porque significa desorganizar as massas estudantis, ao tirar-lhe o mais importante instrumento de participação no processo revolucionário e colocá-los à margem das profundas transformações do nosso país.

A segunda solução, reforçar o M.A., serve os interesses do nosso povo e os interesses dos estudantes portugueses. A U.E.C., na perspectiva do futuro, lutará pelo

seu fortalecimento, dada a extrema importância que tem e continuará a ter a existência de um movimento unitário, organizador da acção dos estudantes portugueses e defensor dos seus interesses colectivos.

O M.A. era essencialmente até ao 25 de Abril uma importante trincheira do movimento popular, na luta pela liberdade, contra a repressão, pelo fim da ditadura fascista, contra as guerras coloniais. Hoje, depois das grandes vitórias alcançadas pelo nosso povo, os seus objectivos têm de ser enriquecidos e adaptados à nova situação política.

A U.E.C. considera que o conteúdo do Movimento Associativo deve ser encontrado em todos os objectivos, aspirações e reivindicações que unam as massas estudantis e não naquilo que as divide.

É dentro deste espírito que a U.E.C. propõe para o Movimento Associativo os seguintes objectivos:

- a luta pelas transformações democráticas da sociedade portuguesa e pela concretização dos grandes objectivos políticos do nosso povo. Como movimento unitário de massas o M.A. é por definição anti-fascista, anti-colonialista e anti-imperialista. O debate ideológico poderá contribuir para a clarificação dos pontos de unidade política, se for virado para a acção, mas os intermináveis monólogos dos "professores de revoluções" nada adiantarão, e consentir-se na provocação como um método de discussão será cavar cada vez mais o fossado divisão política nas escolas.
- a luta pela resolução dos graves problemas pedagógicos que afectam os estudantes, por profundas transformações democráticas do ensino que convirjam para a concretização total de uma Reforma Geral e Democrática do Ensino.
- o desenvolvimento da prestação de serviços pelo M.A., lutando e organizando pela resolução dos problemas sociais dos estudantes, designadamente participando na definição da política de assistência social, no desenvolvimento dos serviços das AAEE e intervindo na gestão de todos os serviços

e obras sociais escolares (habitação, alimentação, saúde, etc.).

- luta pela criação e desenvolvimento de uma verdadeira cultura, desporto, turismo e convívio de massas reflectindo a realidade do país e projectando-se para as massas populares.

- reforço dos contactos das massas estudantis com outras organizações de massas populares, visando pôr termo ao seu isolamento e a participação dos estudantes ao lado do povo, nas grandes tarefas de reconstrução nacional.

A U.E.C. considera que o M.A. só pode existir se os princípios de democraticidade e da unicidade forem firmemente aplicados. É a constante ultrapassagem destes princípios que conduziram o M.A. à presente crise e à sua transformação por vezes num campo de batalha de grupos políticos.

A U.E.C. combate firmemente as tendências anarquizantes que ultrapassam a democracia do M.A., as suas formas de organização e de estruturação que conduzem à desmobilização das massas e à imposição burocrática das chamadas "minorias activas" e das suas próprias decisões.

Combaterá igualmente o cupulismo e o burocratismo, traduzido em estruturas fortemente dirigistas, completamente desligadas da massa estudantil e isoladas dos seus anseios reais.

Cada organização, agrupamento ou estudante individualmente considerado, tem materialmente o direito de propor direcções de trabalho, iniciativas, formas de organização. Pela sua parte, a U.E.C. usa e usará desse direito. Mas cabe às massas estudantis decidir democraticamente os objectivos, as formas e métodos de acção do Movimento Associativo.

A U.E.C. considera que na adaptação do M.A. às novas condições de luta, se devem ter em conta as formas provadas de organização e estruturação.

As associações de estudantes foram o mais poderoso

instrumento do M.A. Continuarão a sê-lo se geridas democraticamente por direcções estáveis e verdadeiramente enraizadas nos estudantes de cada escola e sabendo interpretar as suas aspirações, se estruturadas em formas maleáveis nos cursos, em secções e departamentos, que tragam na verdade os estudantes à participação na direcção e condução de um movimento que é seu.

O grau de estruturação do M.A. é neste momento insuficiente para responder a duas ordens de exigências. Por um lado dar-lhe estabilidade e permanência, impedir que esteja submetido a flutuações e arbitrariedades sucessivas, por outro lado, responder com eficácia nos mais diversos campos em que deve actuar, nomeadamente em direcções de trabalho de importância nacional. A cada um dos níveis de actuação do Movimento Associativo dos estudantes devem institucionalizar-se estruturas e organismos, de ordem federativa ou regional, devem buscar-se as soluções mais democráticas e mais eficazes.

A U.E.C. considera que em todo o plano de estruturação do M.A. avulta a necessidade da criação de uma União Nacional dos Estudantes Portugueses, profundamente democrática e interveniente. Os passos já dados nesse sentido ficam muito aquém das necessidades.

A U.E.C. insiste que não há verdadeiramente argumentos de boa fé contra a sua criação de tal modo é evidente que a UNEP será uma arma decisiva e extremamente forte nas mãos dos estudantes portugueses. Estar a favor ou contra a UNEP significa estar a favor do reforço do M.A., ou contra, significa querer que os estudantes se organizem e se unam, ou se dividam, significa querer que os estudantes sejam sujeitos activos do Portugal futuro, ou temer o futuro.

UNIDADE E ORGANIZAÇÃO

A U.E.C. expõe, na presente declaração, os objectivos políticos e os objectivos específicos que propõe aos estudantes. Submete uns e outros à consideração das mais largas massas estudantis. Ao fazê-lo sublinha que a unidade e a organização são condições obrigatórias para que eles sejam alcançados.

A U.E.C. entende por unidade, antes de tudo, a acção conjunta das massas estudantis em torno de objectivos e plataformas concretas. Por isso a U.E.C. volta o grosso das suas atenções e dos seus esforços para as massas estudantis. Elabora a sua linha na posição revolucionária de não pretender apenas ensinar as massas mas de aprender com elas. Submete as suas iniciativas ao largo consenso dos estudantes.

A unidade pressupõe a democraticidade na discussão, na determinação dos objectivos, das formas de luta, dos métodos de organização. A unidade para ser eficiente tem de exprimir-se em formas orgânicas que a trduzam a cada momento.

A U.E.C. entende, também, por unidade, nas condições políticas presentes, os acordos, entendimentos, a cooperação, as alianças com as outras organizações políticas democráticas e progressistas que actuam nas escolas, desde que prontas a fazer frente à reacção e empenhadas no desenvolvimento do processo revolucionário. Para isso a U.E.C. submete também os seus objectivos e proposições à consideração dessas forças políticas e proclama-se pronta a realizar os esforços necessários para que se encontrem os caminhos da acção comum.

A U.E.C. denuncia o anticomunismo como o principal obstáculo à unidade. O anticomunismo é a arma ideológica preferencial da burguesia e da reacção para dividir as massas. À medida que o processo revolucionário se aprofunda, a contrarrevolução agudiza a histeria anticomunista e atrai para ela surpreendentes comparsas. A universidade apresenta o espectáculo da histeria anticomunista mais desenfreada. O "esquerdismo" revela-se cada vez mais como instrumento do anticomunismo e

do divisionismo. Combatendo firmemente um e outro, a U.E.C. confia no claro entendimento dos estudantes, que saberão distinguir entre quem luta pelos seus interesses, pelo triunfo da democracia, pela marcha para o socialismo e quem tenta, sem escrúpulos de nenhuma espécie, travar o processo, dividindo e confundindo.

A U.E.C. considera, como anunciou na sua primeira declaração, a organização como um instrumento decisivo da acção. Combate as tendências espontaneístas, anarquistas, a improvisação, a acção individualista e o caciquismo. A conquista das liberdades não diminui a exigência de organização. Quem quizer, de facto, afirmar-se na condição de democracia em que vivemos, só organizado poderá fazê-lo. O Movimento Estudantil tenderá a perder o seu destacado papel no movimento popular de massas se não conseguir revigorar as suas organizações específicas e antes de mais as A.A.E.

Estão criadas as condições objectivas para que as massas estudantis tenham realidade uma aspiração orgânica de muitos anos, uma poderosa organização nacional de estudantes. A U.E.C. tudo fará para reforçar a organização estudantil a todos os níveis.

Na sua vida interna, a U.E.C. rege-se, como afirmou na sua primeira declaração, pelos princípios do centralismo democrático. Associa a eleição de todos os organismos dirigentes da base ao topo, a obrigatoriedade dos organismos dirigentes prestarem contas da sua actividade às organizações respectivas e darem a máxima atenção às opiniões e críticas que estas manifestem, a prática do trabalho colectivo, a ampla iniciativa de cada organização e militante, a livre discussão em cada organismo, o direito à crítica, a submissão da minoria à maioria, a participação dos militantes na definição da linha política e tática, os métodos democráticos de debate e decisão, à direcção política centralizada, ao carácter obrigatório das resoluções e instruções dos organismos superiores para os inferiores,

à obrigatoriedade para estes de relatarem a sua actividade aos organismos superiores, à sólida unidade interna, à severa disciplina.

De organização clandestina, a U.E.C. surge à luz do dia, após o 25 de Abril, como organização legal, com redobradas responsabilidades. Estruturas, métodos, estilo de trabalho, tudo houve que modificar e adaptar às novas condições. Tudo há que aperfeiçoar ainda. De organização de quadros, há que transformá-la numa organização de massas. O papel de vanguarda do movimento estudantil que soube desempenhar nas condições de clandestinidade, que soube manter nos primeiros meses de avanço democrático, exige para ser conservado e fortalecido um resolutu alargamento do número de filiados, um considerável fortalecimento da organização.

Os estudantes comunistas continuarão a fazer da U.E.C. uma grande e influente organização. Saberão, pelo acerto e dedicação da sua actividade dar decisiva contribuição para a continuidade do movimento associativo, conduzir amplas massas estudantis à luta pelos seus interesses e reivindicações específicas, à luta pela liberdade e pelo triunfo da democracia, por uma política antilatifundista e antimonopolista, pela total descolonização, contra o imperialismo e ganhá-las para o marxismo-leninismo, para a causa dos trabalhadores, para os ideais do socialismo e do comunismo.

